

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife, PE - Brasil

Central Tel. 55 (81) 3414-7950
Fax 55 (81) 3414-7951
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras do Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013***

As demonstrações financeiras correspondentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2014 que não conteve qualquer modificação.

Recife (PE), 30 de janeiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.233	4.499	Empréstimos e financiamentos	11	18.498	18.236
Caixa restrito	6	6.810	6.156	Debêntures	12	4.732	-
Concessionária e permissionárias	7	18.493	13.897	Fornecedores		319	462
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	7	1.269	1.459	Taxas regulamentares e setoriais	13	5.774	4.990
Ativo financeiro de concessão	8	156.697	144.785	Tributos e contribuições sociais	9	12.120	9.393
Tributos e contribuições sociais	9	196	194	Dividendos a pagar		-	2.636
Serviços em curso		5.477	3.846	Provisão para gastos ambientais		-	45
Outros ativos		<u>1.568</u>	<u>1.538</u>	Outras obrigações		<u>1.157</u>	<u>3.241</u>
Total do ativo circulante		<u>209.743</u>	<u>176.374</u>	Total do passivo circulante		<u>42.600</u>	<u>39.003</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras		28	343	Empréstimos e financiamentos	11	160.454	182.149
Cauções e depósitos vinculados	10	3.055	3.000	Debêntures	12	100.583	-
Ativo financeiro de concessão	8	527.707	529.464	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	89.029	80.984
Outros ativos		1.273	2.565	Provisão para contingências	14	975	4.143
Imobilizado		274	305	Fornecedores		250	250
Intangível		<u>265</u>	<u>386</u>	Adiantamento de clientes		8.872	526
Total do ativo não circulante		<u>532.601</u>	<u>536.063</u>	Outras obrigações		<u>915</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>361.078</u>	<u>268.052</u>
Total do ativo		<u><u>742.344</u></u>	<u><u>712.437</u></u>	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		266.216	252.625
				Reservas de lucros		<u>72.450</u>	<u>152.757</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>338.666</u>	<u>405.382</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>742.344</u></u>	<u><u>712.437</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	17	147.111	141.357
Custos de operação	18		
Custo dos serviços prestados		(8.957)	(8.673)
Custo de construção		(248)	(186)
Depreciação e amortização		<u>(123)</u>	<u>(123)</u>
		<u>(9.328)</u>	<u>(8.982)</u>
Lucro bruto		137.783	132.375
Despesas operacionais, líquidas	18		
Administrativas e gerais		(2.885)	(1.596)
Pessoal		(2.180)	(1.990)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(1.903)	(1.936)
Taxa de Fiscalização – TFSEE		(591)	(690)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>37</u>	<u>(885)</u>
		<u>(7.522)</u>	<u>(7.097)</u>
Resultado do serviço		130.261	125.278
Resultado financeiro			
Receita financeira	19	2.747	2.908
Despesa financeira	19	<u>(19.779)</u>	<u>(16.511)</u>
		<u>(17.032)</u>	<u>(13.603)</u>
Resultado operacional		<u>113.229</u>	<u>111.675</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		113.229	111.675
Corrente:	20		
Imposto de renda		(21.856)	(17.616)
Incentivo fiscal de imposto de renda		16.814	13.591
Contribuição social		<u>(8.218)</u>	<u>(6.487)</u>
		<u>(13.260)</u>	<u>(10.512)</u>
Diferido:	20		
Imposto de renda		(5.664)	(6.457)
Contribuição social		<u>(2.381)</u>	<u>(2.324)</u>
		<u>(8.045)</u>	<u>(8.781)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	20	<u>(21.305)</u>	<u>(19.293)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>91.924</u>	<u>92.382</u>
Quantidade de ações ao final do exercício em milhares		<u>198.000</u>	<u>198.000</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações – R\$		<u>464,26</u>	<u>466,58</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Resultados abrangentes	2014	2013
Lucro líquido do exercício	91.924	92.382
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>91.924</u></u>	<u><u>92.382</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros retidos		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	239.974	18.935	12.651	-	118.739	-	390.299
Aumento de capital (Nota 15)	12.651	-	(12.651)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGE 28/03/2013	-	-	-	-	(1.381)	-	(1.381)
Dividendos pagos conforme AGE 20/12/2013	-	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.382	92.382
Destinação proposta à AGO (Nota 15):							
Reserva legal	-	4.619	-	-	-	(4.619)	-
Incentivo fiscal	-	-	13.591	-	-	(13.591)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(38.497)	(38.497)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(12.421)	(12.421)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	23.254	(23.254)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	252.625	23.554	13.591	-	115.612	-	405.382
Aumento de capital (Nota 15)	13.591	-	(13.591)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGE 31/03/2014	-	-	-	-	(5.516)	-	(5.516)
Dividendos pagos conforme AGE 20/08/2014	-	-	-	-	(110.096)	-	(110.096)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.925	91.925
Destinação proposta à AGO (Nota 15):							
Reserva legal	-	4.596	-	-	-	(4.596)	-
Incentivo fiscal	-	-	16.814	-	-	(16.814)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(43.029)	(43.029)
Lucros remanescentes a disposição da assembléia	-	-	-	27.486	-	(27.486)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	266.216	28.150	16.814	27.486	-	-	338.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	113.229	111.675
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	123	123
Variações monetárias e cambiais líquidas	19.387	16.063
Baixa de ativos	37	-
Rendimentos sobre aplicação financeira	(654)	(453)
Constituição de provisão para contingências	915	-
	<u>133.037</u>	<u>127.408</u>
Variações patrimoniais:		
(Aumento) redução no ativo		
Concessionária e permissionárias	(4.406)	18
Ativo financeiro da concessão	(10.155)	(13.106)
Tributos e contribuições sociais	(2)	(1)
Serviço em curso	(1.631)	(724)
Outros ativos	1.522	(3.088)
	<u>(14.672)</u>	<u>(16.901)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(143)	(27)
Taxas regulamentares e setoriais	784	754
Tributos e contribuições sociais correntes	(2.727)	(1.287)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(8.045)	(8.781)
Adiantamento de clientes	6.201	(2.605)
Outras obrigações	(2.911)	134
	<u>(6.841)</u>	<u>(11.812)</u>
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>111.524</u>	<u>98.695</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(1)	(50)
Aplicações no intangível	(7)	(5)
	<u>(8)</u>	<u>(55)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8)	(55)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(161.277)	(74.662)
Emissão de debêntures	100.583	-
Amortização de principal do financiamento	(21.414)	(17.238)
Amortização de juros do financiamento	(14.674)	(16.075)
	<u>(96.782)</u>	<u>(107.975)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(96.782)	(107.975)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>14.734</u>	<u>(9.335)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	4.499	13.834
Saldo no final do exercício	19.233	4.499
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>14.734</u>	<u>(9.335)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - (a “Companhia ou STN”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30 - sala 1103, estado de Pernambuco, em 27 de outubro de 2003, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, através da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	153.335	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.758/2014.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa nº 8).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2015.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores monetários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto Contas a receber - ativo financeiro como “recebíveis”.

3.2 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do

nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.3 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo não circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.9 Tributação

3.9.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (Receita Operacional - RAP) e 1,65% (Receita de Outras receitas - 671)
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (Receita Operacional - RAP) e 7,6% (Outras Receitas).

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da STN são calculados pelo regime de lucro real, as alíquotas de 15% e 9% respectivamente.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.11 Encargos regulatórios

3.11.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

3.11.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

3.11.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Encargo do setor elétrico com a finalidade de constituir a receita do órgão regulador e cobrir o custeio de suas atividades. Seu valor anual equivale a 0,4% da RAP.

3.12 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A STN reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma:

3.12.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A STN abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

3.12.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.12.3 Receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.12.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.13 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.14 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

Em 1º de janeiro de 2014 entraram em vigor e foram adotadas pela Companhia novas normas e revisões emitidas pelo IASB, com correspondentes pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC

e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, requeridos para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2014 e que não causam impacto relevante nas respectivas demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e depósitos bancários à vista	2.520	444
Aplicações financeiras	16.713	4.055
	19.233	4.499

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou saldo de R\$ 6.811 (R\$ 6.156 em 2013), referente a conta de reserva vinculada ao financiamento com o BNB e depósitos de reinvestimento realizados em 2009, 2010 e 2011.

7 Concessionárias e permissionárias

	2014	2013
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	820	4.278
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	18.134	11.078
Parcela de ajuste a receber	808	-
	19.762	15.356
Outras concessionárias e permissionárias	18.493	13.897
Partes relacionadas	1.269	1.459
	19.762	15.356

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

8 Ativo financeiro de concessão

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	2014	2013
Movimentação		
Saldo inicial	674.249	661.143
Receita de concessão de transmissão	16.699	16.379
Receita de infraestrutura	248	186
Remuneração do ativo financeiro	140.007	134.545
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(146.799)	(138.004)
Saldo final	684.404	674.249
Circulante	(156.697)	(144.785)
Não circulante	527.707	529.464

Os ativos financeiros de concessão incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação, melhoria e reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

9 Tributos e contribuições sociais

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu retenções e realizou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais estão assim constituídos:

	2014	2013
Ativo:		
ICMS, COFINS e PIS a compensar	86	84
IRRF a compensar	97	97
Arrecadado	12	12
Outros	1	1
	196	194
	2014	2013
Passivo:		
PIS	64	57
COFINS	339	259
Contribuição social sobre o lucro líquido	6.695	5.094
Imposto de renda pessoa jurídica	4.075	3.075
Outros	947	908
	12.120	9.393

10 Cauções e depósitos vinculados

No exercício de 2007, a Companhia efetuou um depósito judicial na Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 3.000, nos autos do Processo 2005.81.000177641, da 10ª Vara - CE. Objetivando o levantamento da importância depositada, a Companhia apresentou

recurso perante o STJ (Recurso Especial 970393 - CE). Com base no parecer dos assessores jurídicos, a Companhia não prevê registrar perda decorrente desse processo.

11 Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Moeda Nacional		
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (1)		
Principal	178.839	196.313
Encargos	<u>113</u>	<u>124</u>
	178.952	196.437
Circulante	<u>(18.498)</u>	<u>(17.598)</u>
Não circulante	<u><u>160.454</u></u>	<u><u>178.839</u></u>
Banco do Brasil S.A. (2)		
Principal	-	3.317
Encargos	<u>-</u>	<u>631</u>
	-	3.948
Circulante	<u>-</u>	<u>(3.310)</u>
Não circulante	<u><u>-</u></u>	<u><u>638</u></u>
Total		
Circulante	18.498	18.236
Não circulante	<u>160.454</u>	<u>182.149</u>
	<u><u>178.952</u></u>	<u><u>200.385</u></u>

- (1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 299.995, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE/PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira em julho de 2006 e a última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2014, 114 prestações a serem pagas. Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10% a.a. Sobre os encargos financeiros, estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.
- (2) O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 005/2004-ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

O Financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. para aquisição de reatores com valor original de R\$ 4.992, com encargos financeiros de 4,5% a.a., carência de 24 meses e amortização em 95 parcelas mensais. Vencimento final em 15 de março de 2020. Em 7 de Julho de 2014, foram amortizados pela STN, o saldo do financiamento junto ao Banco do Brasil S.A, acrescido da respectiva remuneração.

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com o BNB e registrado sob o nº 2951946, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP e sob o nº 289003, no 2º Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas de Recife/PE.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão representados a seguir:

Vencimento por exercício	2014	2013
2015	-	19.005
2016	19.344	19.964
2017	20.353	20.974
2018	21.415	22.036
2019	22.534	22.534
Após 2019	<u>76.808</u>	<u>77.636</u>
Não circulante	<u>160.454</u>	<u>182.149</u>

12 Debêntures

	2014	2013
Moeda Nacional		
Banco Itaú Unibanco S.A. (i)		
Principal	100.467	-
Encargos	<u>4.848</u>	<u>-</u>
	<u>105.315</u>	<u>-</u>
Total		
Circulante	4.732	-
Não circulante	<u>100.583</u>	<u>-</u>
	<u>105.315</u>	<u>-</u>

- **Debêntures 1ª emissão:** Em agosto de 2014 a STN emitiu 10.100 debêntures através do Banco Itaú no valor total de R\$ 10.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 6 anos, serão amortizadas em parcelas trimestrais e consecutivas, taxa de juros de 109,75% da CDI, com vencimento final em agosto de 2020. Não há cláusula de conversibilidade em ações e não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

A captação através de emissão de debêntures tem como finalidade o pagamento de dividendos a acionistas, liquidação de empréstimos e outras necessidades de caixa.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Os vencimentos anuais das debêntures em longo prazo são como segue:

Vencimento por exercício	2014	2013
2015	-	-
2016	11.882	-
2017	23.765	-
2018	23.765	-
2019	23.765	-
Após 2019	<u>17.406</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>100.583</u>	<u>-</u>

13 Taxas regulamentares e setoriais

		2014	2013
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	(a)	368	321
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	5.006	4.327
Taxa de Fiscalização ANEEL	(c)	400	342
		5.774	4.990

- (a) Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual da concessionária.
- (b) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (c) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

14 Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente as ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2014, a provisão no montante de R\$ 975 (R\$ 4.143 em 2013).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais / administrativos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2014 que totalizavam aproximadamente R\$ 3.807 (R\$ 2.867 em 2013), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Dentre estes processos, encontra-se em andamento processos administrativos movidos pela Receita Federal, relativos à compensação supostamente indevida de débitos de PIS, COFINS e IRPJ. O valor dessas contingências está estimado em R\$ 2.549 em 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 266.216 e R\$ 252.625, respectivamente, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram incorporados ao capital social as importâncias de R\$ 13.591 e R\$ 12.651, respectivamente, referentes às parcelas de reserva de lucros - incentivos fiscais, apuradas nos exercícios de 2013 e 2012, conforme aprovado em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 31 de março de 2014 e 28 de março de 2013, respectivamente.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Quantidades de Ações	
	Integralizadas	% capital
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	<u>198.000.000</u>	<u>100</u>

b. Reservas de lucros

- (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) **Reserva de incentivos fiscais:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 16.814 (R\$ 13.591 em 2013) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

c. Lucros retidos

Em atendimento à Lei 11.638/07 e CPC 07 Subvenções e Assistências Governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado foi contabilizado no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para as reservas de lucros - incentivo fiscal, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Os lucros retidos permanecerão à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para futura destinação.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2014	2013
Lucro líquido exercício	91.925	92.382
(-) Reserva legal	(4.596)	(4.619)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(16.814)	(13.591)
	70.515	74.172
Base de cálculo		
Dividendos:		
Intermediários pagos	43.029	38.497
Adicional proposto submetido à Assembleia	27.486	23.254
	70.515	61.751
Juros sobre capital próprio:		
Valor líquido	-	10.558
	70.515	72.309
% dividendos propostos e efetivamente pagos	100%	100%

16 Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2014 e 2013 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

Saldos e transações		2014	2013
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(a)	1.269	1.459
Passivo:			
Fornecedores: Chesf	(b)	263	172
Demonstrações do resultado:			
Custo das operações - Serviços de terceiros: Chesf	(b)	2.840	2.124

- (a) Saldo de faturas a receber da acionista Chesf, referente ao serviço de transmissão de energia.
- (b) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL. Além dos Contratos de Compartilhamento do imobilizado.

Companhia controladora

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- Alupar Investimento S.A.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

- No exercício de 2014, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 1.903 (R\$ 1.936 em 2013).

17 Receita operacional líquida

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional bruta		
Receita de concessão de transmissão	16.699	16.379
Receita de infraestrutura	248	186
Remuneração dos ativos de concessão	140.007	134.545
Receita de Custeio de O&M	619	-
	<u>157.573</u>	<u>151.110</u>
Deduções		
PIS	(957)	(893)
COFINS	(4.423)	(4.121)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.694)	(3.451)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(1.388)	(1.288)
	<u>(10.462)</u>	<u>(9.753)</u>
Receita operacional líquida	<u>147.111</u>	<u>141.357</u>

18 Custos de operação e despesas operacionais, líquidas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custos da transmissão de energia elétrica	(9.328)	(8.982)
Despesas operacionais líquidas	(7.522)	(7.097)
	<u>(16.850)</u>	<u>(16.079)</u>
Total	<u>(16.850)</u>	<u>(16.079)</u>
Pessoal	(8.003)	(7.605)
Custos de construção	(248)	(186)
Depreciação e amortização	(123)	(123)
Despesas com manutenção	(3.351)	(3.687)
Serviços administrativos	(1.777)	(1.208)
Serviços diversos	(48)	(4)
Honorários advocatícios	(475)	(440)
Aluguéis	(488)	(302)
Material de expediente	(223)	(330)
Viagens	(424)	(387)
Taxas e anuidades	(1.766)	(1.757)
Outras receitas (despesas), líquidas	76	(50)
	<u>(16.850)</u>	<u>(16.079)</u>

19 Receita e despesa financeira

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.978	2.401
Outros	769	507
	<u>2.747</u>	<u>2.908</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(14.645)	(16.137)
Encargos sobre debentures	(4.848)	-
Outros	(286)	(374)
	<u>(19.779)</u>	<u>(16.511)</u>
Resultado financeiro	<u>(17.032)</u>	<u>(13.603)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2014 e 2013 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro contábil antes da contribuição social e do imposto de renda	113.228	111.675
Juros sobre o capital próprio	-	(12.421)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após JSCP	113.228	99.254
Alíquota de IR e CSLL (34%)	38.498	33.746
Adições		
Gratificações	334	319
Doações indedutíveis	-	12
Outras adições	4	668
	<u>337</u>	<u>999</u>
Exclusões		
Rendimento de depósito judicial	-	(481)
Redução de 60% P&D	(271)	(237)
Diferimento órgão público	(445)	(1.143)
Incentivo fiscal de imposto de renda	(16.814)	(13.591)
	<u>(17.530)</u>	<u>(15.452)</u>
Imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do exercício	<u>21.305</u>	<u>19.293</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>18,81</u>	<u>17,28</u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Adições	31/12/2013
Efeitos da adoção do ICPC 01 - RTT	89.029	8.045	80.984
	<u>89.029</u>	<u>8.045</u>	<u>80.984</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção do ICPC 01 - Contratos de Concessão, conforme descrito nas Notas 2.1. e 6, levando-se em consideração a alíquota provável de realização desses impostos diferidos.

21 Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica. Assim, todos os saldos de contas a receber são definidos e acompanhados pelo órgão regulador.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A Companhia não apresenta um histórico de perdas relevante, uma vez todas as transações comerciais são intermediadas pelo ONS.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

22 Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 15 de março de 2014, por apólice com vigência até 15 de março de 2015, no montante de R\$ 39.768, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago montou em R\$ 60. Os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	2014
SE - Teresina II	14.163
SE - Sobral II	14.163
SE - Fortaleza II	8.093
Estoque	<u>3.349</u>
Total	<u><u>39.768</u></u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

23 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.